



O Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) do Território da Cidadania Vale do Paranã e do Território Rural Sudoeste de Goiás

Camila Vito Silva de Lima
Hamilton Matos Cardoso Júnior
Divina Aparecida Leonel Lunas

Resumo

A principal proposta deste artigo é apresentar o cômputo do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) para os municípios que integram o Território da Cidadania Vale do Paranã e o Território Rural Sudoeste de Goiás, com a finalidade de corroborar se as desigualdades existentes entre eles quando observada a totalidade do município se repetem no meio rural. Para isto, o estudo está dividido em quatro partes: na primeira seção, é abordada a metodologia utilizada para o cálculo dos indicadores que fundamentam o IDR; na segunda seção, são demonstrados os dados socioeconômicos e o cálculo do IDR para o Território da Cidadania Vale do Paranã; na terceira seção, é realizada a caracterização socioeconômica e a demonstração do resultado do IDR para o Território Rural do Sudoeste de Goiás; na última seção, é efetuada breve análise do IDR calculado para os municípios de ambos os Territórios em conjunto. A metodologia utilizada para o cálculo do IDR foi baseada nos estudos realizados por Kageyama (2004, 2009). Para a elaboração do artigo foi realizada pesquisa teórica acerca do desenvolvimento rural e pesquisa documental sobre os dados socioeconômicos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A partir dos resultados encontrados, conclui-se que as disparidades são evidentes no meio rural dos Territórios em questão, porém ocorrem em menor intensidade.

Palavras-chave: Indicadores socioeconômicos. Desenvolvimento rural. Goiás.

1 Introdução

As recentes políticas públicas de desenvolvimento territorial rural foram estabelecidas em agrupamentos de municípios economicamente deprimidos. A origem deste termo remete às políticas públicas adotadas na União Europeia, que visavam fomentar o desenvolvimento em locais onde a prática da cidadania, o acesso aos bens públicos e o crescimento econômico estariam abaixo dos padrões nacionais e, portanto, necessitariam da intervenção governamental enquanto propulsora do desenvolvimento (ORTEGA, 2015, p. 27-28).

No Brasil, as estratégias adotadas deram início, por parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) e, posteriormente, ao Programa Territórios da Cidadania. De acordo com a concepção governista, o “território” é um espaço geográfico, onde há presença de elementos rurais e urbanos, que possuem características distintas que se relacionam internamente e que produzem uma identidade sociocultural. Neste ambiente,



existem interações das mais variadas dimensões: políticas, ambientais, econômicas, culturais, institucionais e ambientais. (BRASIL, 2005).

Os Territórios Rurais (TRs) foram criados em 2003 com a finalidade de reunir o máximo de políticas públicas de infraestrutura tanto econômica, quanto social, relacionadas à assistência técnica, crédito rural, comercialização, estrutura fundiária, moradia, educação etc. em ambientes com limites contíguos, nos quais o governo seria o responsável pelo fornecimento de recursos financeiros e materiais e, em contrapartida, a sociedade organizada, juntamente com os principais atores que influenciam o meio rural – agricultores familiares e suas organizações, universidades e instância local do poder público –, seria a tomadora de decisões em relação aos possíveis investimentos a serem executados.

Em 2008, houve aprofundamento da política territorial em municípios que já pertenciam aos Territórios Rurais e que apresentaram maior vulnerabilidade social. Desta forma, foram concebidos os Territórios da Cidadania (TCs). Alguns dos critérios utilizados para a definição destes Territórios foram: menor IDHM, maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, maior concentração de povos tradicionais, maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família, menor renda, maior número de municípios com baixo dinamismo econômico, dentre outros. A respeito da finalidade dos Territórios da Cidadania, Ortega (2015) explica:

Os TCs, portanto, por sua concepção e gerenciamento, diferem de outros programas de enfoque territorial por não se limitarem a enfrentar problemas específicos com ações dirigidas. Pretendia, em seu lançamento, articular diferentes ações para promover o desenvolvimento, em que as ações governamentais tenham um papel mais intervencionista que aquele da criação dos Territórios Rurais, fundamentalmente de indução da constituição dos arranjos socioprodutivos territoriais.” (ORTEGA, 2015, p. 43).

Assim sendo, a principal diferença entre os Territórios Rurais e os Territórios da Cidadania é o enfoque da atuação governamental: enquanto se buscava, nos Territórios Rurais, a inserção comercial da pequena produção rural, nos Territórios da Cidadania a intenção passa a ser, também, a inclusão e o aprimoramento social da população.

Em Goiás, inicialmente, foram criados sete Territórios Rurais, mas com a instituição dos Territórios da Cidadania, quatro deles passaram a ser assim denominados. Em 2013, cinco novos Territórios Rurais foram concebidos, como pode ser observado na Tabela 1.



Tabela 1 - Goiás: Territórios Rurais e da Cidadania, 2017

Nome do Território	Número de Municípios	População Total	% Pop. Urbana	% Pop. Rural	Criação	Categoria
Das Águas Emendadas	7	229.269	84,08	15,92	2008	TC
Chapada dos Veadeiros	8	62.684	67,23	32,77	2008	TC
Estrada de Ferro	14	136.511	72,99	27,01	2003	TR
Médio Araguaia	21	166.073	77,32	22,68	2003	TR
Norte	11	87.518	73,88	26,12	2013	TR
Parque das Emas	9	175.366	89,14	10,86	2013	TR
Serra da Mesa	14	170.698	81,06	18,94	2013	TR
Sudoeste	12	324.914	90,55	9,45	2013	TR
Vale do Araguaia	11	104.657	74,40	25,60	2013	TR
Vale do Paranã	12	107.311	64,51	35,49	2008	TC
Vale do Rio Vermelho	16	156.355	78,86	21,14	2008	TC
Vale do São Patrício	14	201.809	84,94	15,06	2003	TR

Fonte: IBGE, 2017. SIT, 2017.

Em resumo, os programas governamentais em âmbito federal para o desenvolvimento territorial rural em Goiás atingem 149 municípios, ou seja, 61% do total de municípios de Goiás, mais de dois terços de toda a extensão geográfica do estado e a quase dois milhões de habitantes – 32% em relação à população total do estado.

No entanto, as políticas públicas de desenvolvimento territorial rural apresentam limites e potencialidades. Ortega (2015) aponta como potencialidades a superação da dicotomia rural-urbano, a estratégia de executar as políticas em regiões e não mais em municípios isolados e a mobilização do capital social. Dentre os limites, estão o tamanho e o recorte dos territórios e a presença de conflitos de interesse entre os atores internos ao Território que dificultam a mobilização do capital social. Nesse sentido, a presença forte do Estado é fator primordial para alavancar o desenvolvimento. Entretanto, segundo Geraldi (2012) a intervenção do Estado na dinâmica social dos meios rurais apenas serve para reproduzir o modo capitalista de produção, uma vez que o desenvolvimento é visto apenas pela ótica economicista, onde o indivíduo é visto como um ser que só pode se realizar enquanto puder consumir.

A fim de impedir esse modo de perceber e executar o desenvolvimento, Sen (2010) propõe que o desenvolvimento deva ser um processo de expansão das liberdades individuais a partir de um comprometimento coletivo de toda a sociedade. Essas liberdades envolvem não somente a capacidade de consumo, mas consideram, principalmente, as esferas econômica, social e política. Partidário dessa ideia, Abramovay (2012) afirma que:

O caráter substantivo das liberdades humanas que compõem o processo de desenvolvimento se exprime não somente em um conjunto de bens pelos



quais o indivíduo preenche suas demandas básicas, mas de capacitações que lhe permitem ser o agente na construção de sua vida. (ABRAMOVAY, 2012, p. 47).

Entende-se, assim, que tais capacidades são fruto das possibilidades às quais os indivíduos têm acesso e da proporção que lhes é permitida o usufruto de tais capacidades, o que os transforma em propulsores do bem-estar, tanto individual, quanto coletivo, a partir de uma estrutura igualitária viabilizada pelos governos.

E é a partir dos pressupostos de que o desenvolvimento acontece por meio da expansão das facilidades econômicas, das liberdades políticas e das oportunidades sociais, que Kageyama (2004, 2009) fundamentou a metodologia para mensuração do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), cujo objetivo é conceber o desenvolvimento para além do domínio econômico, abarcando, também, aspectos demográficos, sociais e ambientais, a possibilitar análises em diferentes locais e épocas.

Desta forma, o principal objetivo deste artigo é mensurar o IDR para os municípios que integram o TC Vale do Paranã e o TR Sudoeste de Goiás e compará-los, a fim de corroborar a existência de disparidades socioeconômicas que preponderam entre os municípios que o integram se aprofundam no meio rural.

Para tanto, o artigo está dividido em quatro seções: na primeira, é exposta a metodologia para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), bem como a finalidade dos indicadores que o constituem; na segunda seção, é realizada a caracterização socioeconômica e a mensuração do IDR para os municípios que fazem parte do TC Vale do Paranã; na terceira seção, são descritos os dados socioeconômicos e é realizado o cálculo do IDR para os municípios integrantes do TR Sudoeste de Goiás; por fim, na última seção, é calculado o IDR para o conjunto de municípios de ambos os Territórios. Metodologicamente, para a elaboração deste trabalho foi utilizada a pesquisa teórica, com a revisão bibliográfica acerca do desenvolvimento rural, e, a pesquisa documental nos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A escolha destes Territórios se justifica pelos distanciamentos entre os dois territórios ocasionados pela localização geográfica dos municípios, onde o TC Vale do Paranã situa-se no norte de Goiás e o TR Sudoeste de Goiás aparece na porção sul do estado; em segundo lugar, pelo IDHM calculado para ambos os Territórios, que os colocam em pontos extremos: o IDHM do TR Sudoeste é o melhor e o IDHM do TC Vale do Paranã é o pior dentre os Territórios goianos; e, por fim, pelo percentual de população rural, na qual o TC Vale do Paranã apresenta a maior proporção de população residente em áreas rurais e o TR



Sudoeste de Goiás, a menor. Como aproximação entre os referidos Territórios está, superficialmente, o número de municípios os integram: doze, o que pode minimizar distorções.

2 A metodologia para o cômputo do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR)

O Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) é calculado a partir da média aritmética de cinco indicadores ou subíndices que, por sua vez, resultam da média aritmética de variáveis selecionadas cujos temas estão relacionados às dimensões abordadas, como explica o Quadro 1. Essas variáveis foram mensuradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, do Censo Agropecuário de 2006 e do Perfil dos Municípios Brasileiros do ano de 2008 e, secundariamente, por meio do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2013.

Em termos matemáticos, o IDR pode ser expresso da seguinte maneira:

$$IDR = \frac{IPOP + IEDUC + IBES + IMA + IECO}{5}$$

Onde:

IPOP equivale ao Índice de População Rural;

IEDUC equivale ao Índice de Educação da População Rural;

IBES equivale ao Índice de Bem-Estar da População Rural;

IMA equivale ao Índice de Meio Ambiente;

IECO equivale ao Índice de Desempenho Econômico no Meio Rural.

O IPOP avalia o dinamismo demográfico do meio rural, neste caso na esfera municipal, fundamentando-se no crescimento da população rural e em sua variabilidade e, também, a partir do grau de povoamento do município como um todo. O uso destas variáveis é justificado por Kageyama (2004, p. 394) à medida em que a densidade demográfica denota o isolamento ou a integração da localidade e as variações populacionais informam a existência ou não do êxodo rural, isto é, a capacidade de atrair e reter pessoas.



O IEDUC relaciona as taxas de alfabetização e frequência à escola da população rural e a expectativa de anos de estudo das crianças ingressantes na unidade de ensino para o município em geral, com vistas a conhecer o nível do acesso ao conhecimento, que acarreta não só o crescimento econômico, mas também amplia a conscientização política da sociedade. Como forma de superação da pobreza, Grudem e Asmus (2016, p. 268) afirmam que as taxas de alfabetização e os níveis de instrução determinam o progresso econômico, pois são “suficientes para capacitar as pessoas a ganhar o seu sustento e contribuir positivamente para a sociedade”.

O IBES refere-se às condições da infraestrutura dos domicílios rurais e os bens de consumo neles presentes, apresentando o percentual de moradores que deles desfrutam. Estas variáveis afetam a percepção da longevidade da população rural à medida em que revelam importantes aspectos sobre o saneamento básico, a higiene e a salubridade e às comodidades modernas que, outrora, eram restritas aos moradores das áreas urbanas, como, por exemplo o acesso rápido à informação e à comunicação por meio da internet e da telefonia móvel e a economia de tempo em relação aos afazeres domésticos.

O IMA avalia a qualidade e a conservação dos recursos naturais: ar, solo, água e vegetação, tanto dos aglomerados rurais, quanto urbanos, haja vista que as externalidades negativas causadas por danos ambientais afetam a todos os habitantes. A importância atribuída à dimensão ambiental se dá com o advento da modernização da agricultura, iniciada a partir da década de 1960, que culminou com a alteração dos modos de produção agrícolas tradicionais para métodos intensivos com o uso de insumos químicos e agrotóxicos. Como consequência, têm-se a exaustão do solo, o descontrole de pragas e doenças, a perda da qualidade biológica dos alimentos, a contaminação dos alimentos e do homem por conta do uso de defensivos agrícolas e a poluição e a destruição da fauna e da flora. Desta forma, mensurar os tipos de problemas ambientais, bem como o aparato institucional existente para combatê-los se torna essencial para o meio rural em virtude de a conservação ambiental e seu uso serem uma das principais ocupações rurais não-agrícolas atuais.

Em relação ao IECO, Kageyama (2009), ao estudar o desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul, altera o método de cálculo deste subíndice ao acrescentar às variáveis sobre renda e produtividade, medidas acerca da pobreza e do emprego no meio rural. As novas proposições implicam o entendimento de que o desenvolvimento não deve ser pensado apenas em relação ao capital gerado na atividade agropecuária, seja este financeiro ou produtivo e cuja propriedade é restrita, mas que, em contrapartida, considere a



melhoria da capacidade de gerir sua vida com um emprego estável e remunerador a fim de garantir sua permanência no campo.

O IDR é, em suma, um número-índice que varia entre 0 (zero) e 1 (um), cujo valor mais próximo de 1, indica maior grau de desenvolvimento rural. De acordo com o resultado obtido, a base territorial é classificada de acordo com os parâmetros a seguir para cada amostra:

1. *IDR muito baixo*: valores do IDR que vão desde o valor mínimo até o 1º quartil;
2. *IDR baixo*: valores do IDR que estão entre o 1º e o 2º quartil;
3. *IDR médio*: valores do IDR que se situam entre o 2º e o 3º quartil; e,
4. *IDR alto*: valores do IDR que vão desde o 3º quartil e o valor máximo.



Quadro 1 - Variáveis e respectivas fontes utilizadas para a elaboração dos indicadores componentes do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR)

<i>Indicador</i>	<i>Variáveis</i>	<i>Fonte</i>
Índice de População Rural - IPOP	% de população rural Variação da população rural no período entre 2000 e 2010 Densidade demográfica ¹	IBGE - Censo Demográfico de 2010 IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010 IBGE - Censo Demográfico de 2010
Índice de Educação da População Rural - IEDUC	Taxa de alfabetização da população rural com idade acima de 05 anos Taxa de escolarização da população rural com idade entre 05 e 17 anos Expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade ¹	IBGE - Censo Demográfico de 2010 IBGE - Censo Demográfico de 2010 PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano
Índice de Bem-Estar da População Rural - IBES	% de moradores em domicílios rurais com água canalizada % de moradores em domicílios rurais com pelo menos um banheiro exclusivo % de moradores em domicílios rurais com energia elétrica % de moradores em domicílios rurais com geladeira % de moradores em domicílios rurais com máquina de lavar roupas % de moradores em domicílios rurais com telefone celular % de moradores em domicílios rurais com computador e acesso à internet % de moradores em domicílios rurais com automóvel para uso particular	IBGE - Censo Demográfico de 2010 IBGE - Censo Demográfico de 2010 IBGE - Censo Demográfico de 2010 IBGE - Censo Demográfico de 2010 IBGE - Censo Demográfico de 2010 IBGE - Censo Demográfico de 2010 IBGE - Censo Demográfico de 2010 IBGE - Censo Demográfico de 2010
Índice de Meio Ambiente - IMA	Ocorrência de poluição do ar ² Ocorrência de poluição do recurso d'água ² Ocorrência de assoreamento de corpo d'água no município ² Ocorrência de contaminação do solo ² Ocorrência de desmatamento ² Prejuízo à atividade agrícola por problema ambiental ² Prejuízo à atividade pecuária por problema ambiental ² Existência de estrutura de gestão do meio ambiente no município ³ Existência do Conselho Municipal de Meio Ambiente ³ % dos estabelecimentos agropecuários que não utilizam agrotóxicos	IBGE - Perfil dos Municípios Brasileiros 2008 IBGE - Perfil dos Municípios Brasileiros 2008 IBGE - Perfil dos Municípios Brasileiros 2008 IBGE - Perfil dos Municípios Brasileiros 2008 IBGE - Perfil dos Municípios Brasileiros 2008 IBGE - Perfil dos Municípios Brasileiros 2008 IBGE - Perfil dos Municípios Brasileiros 2008 IBGE - Perfil dos Municípios Brasileiros 2008 IBGE - Perfil dos Municípios Brasileiros 2008 IBGE - Censo Agropecuário 2006
Índice de Desempenho Econômico do Meio Rural - IECO	Rendimento médio mensal <i>per capita</i> da população rural ¹ % do rendimento médio mensal per capita rural em relação ao urbano % de não-pobres na população rural % de empregados permanentes nos estabelecimentos agropecuários % de estabelecimentos agropecuários pluriativos Produtividade média da terra ¹ Produtividade média da mão de obra ¹	IBGE - Censo Demográfico de 2010 IBGE - Censo Demográfico de 2010 IBGE - Censo Demográfico de 2010 IBGE - Censo Agropecuário 2006 IBGE - Censo Agropecuário 2006 IBGE - Censo Agropecuário 2006 IBGE - Censo Agropecuário 2006

Fontes: Elaborado pelos autores com dados do IBGE e do PNUD, 2017.

Notas:

¹ Os valores das variáveis foram padronizados para se situarem entre 0 e 1 através do método algébrico: (valor da variável - valor mínimo do rol) / (valor máximo do rol - valor mínimo do rol).

² Por se tratarem de informações qualitativas, foi estabelecida valoração binária: atribuiu-se valor "0" à incidência de ocorrência ambiental e valor "1" para a não incidência de ocorrência ambiental.

³ Por se tratarem de informação qualitativa, foi estabelecida valoração binária: atribuiu-se valor "0" à ausência de instituição pública e valor "1" para a existência de instituição pública.



Os intervalos de cada classe são definidos de acordo com o formato da comparação a ser realizado. Para este estudo, foram confrontados os índices de cada município em relação aos municípios do mesmo Território Rural ou da Cidadania e, ainda, os índices dos municípios dos dois Territórios analisados conjuntamente.

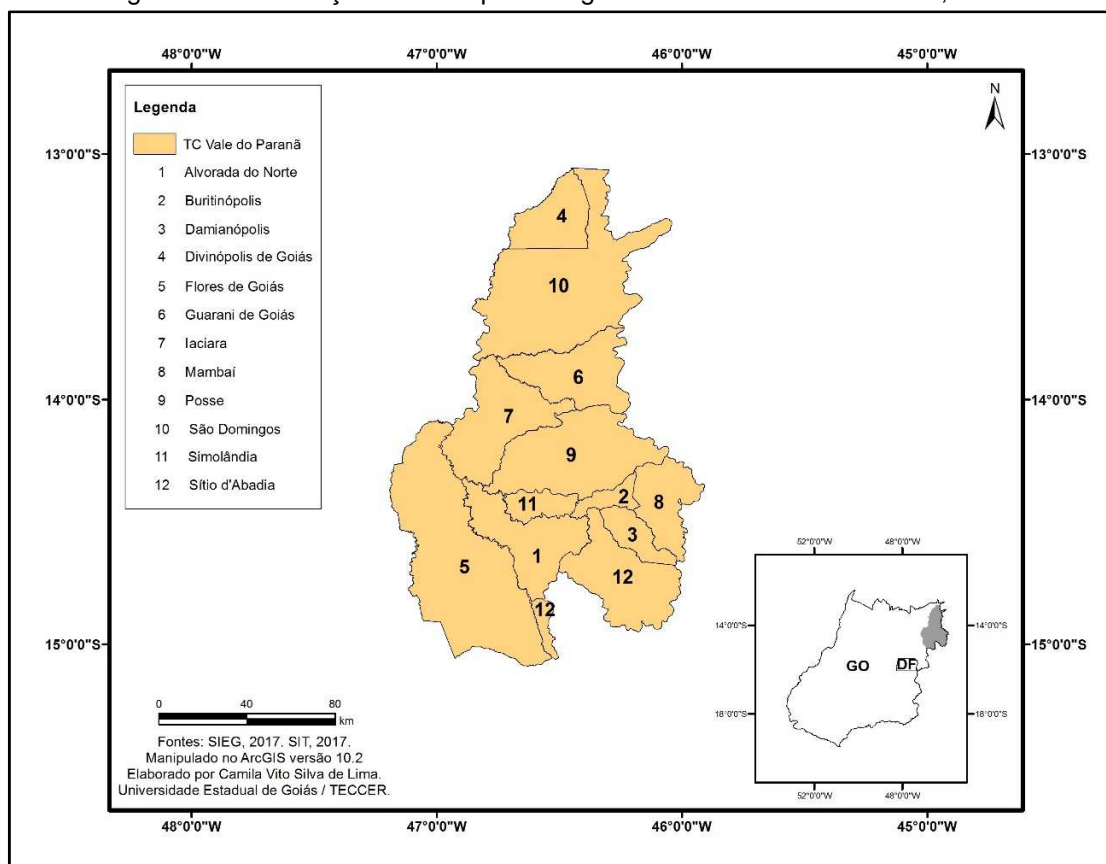
Nas próximas seções serão apresentados os resultados das análises realizadas para os municípios do TC Vale do Paranã e do TR Sudoeste de Goiás.

3 O Território da Cidadania Vale do Paranã

3.1 Características socioeconômicas

O TC Vale do Paranã está localizado na porção nordeste de Goiás, na divisa com o noroeste de Minas Gerais e o sudoeste da Bahia. Possui extensão geográfica de 17.389 Km² e é composto por doze municípios, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Localização e municípios integrantes do TC Vale do Paranã, Goiás



Fonte: Elaborado por LIMA, 2017 com dados do SIEG, 2017 e SIT, 2017.



Em 2010, de acordo com o Censo Demográfico, a população total do TC Vale do Paranã era de 107.311 habitantes, equivalente a cerca de 1,8% da população de Goiás. Dentre os municípios, Posse era o que detinha maior número de habitantes (31.419) e Sítio d'Abadia, o menor (2.825). Em geral, o maior contingente populacional do TC Vale do Paranã esteve alocado na zona urbana dos municípios, com apenas três destes com maioria de residentes nas áreas rurais: Flores de Goiás (73,7%), Sítio d'Abadia (64,8%) e Guarani de Goiás (58,6%). Ainda assim, a proporção de população do TC Vale do Paranã foi a maior dentre os demais Territórios Rurais e da Cidadania de Goiás (35,5%). A taxa de crescimento populacional durante o interregno censitário foi positiva, com crescimento médio anual da ordem de 1,9%, e, a análise do somatório territorial demonstrou que não houve êxodo rural. Entretanto, em nível municipal, percebe-se perda de população rural nos municípios de Buritinópolis, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Guarani de Goiás e Iaciara.

A qualidade de vida da população, tanto rural, quanto urbana, está expressa pelo IDHM, que considera variáveis acerca da longevidade, educação e renda, cujo valor obtido para o TC Vale do Paranã foi de 0,640¹, abaixo do índice estadual e o menor dentre os demais territórios goianos. Este índice resultou na classificação do conjunto de municípios como de “médio desenvolvimento humano”, categoria repetida em nove municípios que o integram. Apenas o município de Buritinópolis apresentou IDHM alto. Já os municípios de Flores de Goiás e São Domingos tiveram índices classificados como IDHM baixo.

Em relação à distribuição da renda, o Coeficiente de Gini calculado para o TC Vale do Paranã foi igual ao índice estadual: 0,55, o que indica a existência da desigualdade social tanto no estado, quanto no Território, uma vez que essa medida indica que quanto mais próximo de 1, maior é a concentração da renda. Tal valor é consequência dos altos coeficientes apresentados pelos municípios que dele fazem parte, o que implica desigualdade mais acentuada em Buritinópolis (0,77), Flores de Goiás (0,63) e São Domingos (0,60). O menor coeficiente esteve em Simolândia (0,47).

No que tange à economia, em 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) do TC Vale do Paranã equivaleu a quase R\$ 761 milhões, o que representou 0,7% do PIB goiano, aproximadamente. Dos doze municípios, três foram responsáveis por 53,3% de todo o PIB do Território: Posse (28,6%), Divinópolis de Goiás (13,2%) e São Domingos (11,4%). O PIB de menor expressividade esteve em Buritinópolis (2,25%). No TC Vale do Paranã a

¹ Para obtenção dos valores territoriais, utilizou-se a metodologia desenvolvida por Ortega (2015) que consiste em calcular a média ponderada entre somatório dos indicadores de todos os municípios integrantes do TR ou TC, tendo como fator ponderador a população de cada município, e a população total do TR ou TC. (ORTEGA; 2015, p. 286).



economia está baseada, predominantemente, no setor de comércio e serviços. Em relação à atividade agrícola, a monocultura de exportação é predominante em todos os municípios, cujas principais culturas temporárias foram milho, soja e arroz.

Grosso modo, da descrição dos indicadores socioeconômicos dos municípios integrantes do TC Vale do Paranã infere-se que estes são heterogêneos e apontam a maior parcela da população em vulnerabilidade social e a economia com dinamização limitada. A fim de verificar se o cenário se repete no meio rural, será analisado, a seguir, o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) do TC Vale do Paranã.

3.2 Índice de Desenvolvimento Rural

O Quadro 2 apresenta os resultados obtidos através da mensuração dos indicadores e do IDR para os municípios que integram o TC Vale do Paranã. Para observação do comportamento dos indicadores, a Tabela 2 demonstra algumas estatísticas acerca da amostra de resultados.

Em geral, os valores do IDR para os municípios integrantes do TC Vale do Paranã foram homogêneos, com baixo coeficiente de variação e índices bem próximos à média do indicador. Em nível territorial, o IDR do TC Vale do Paranã apresentou o valor de 0,466 e foi classificado como “IDR muito baixo” devido aos baixos índices em todos os indicadores.

Em âmbito municipal, o maior IDR esteve no município de Flores de Goiás, influenciado pela proporção de habitantes nas áreas rurais e pelo aumento da população rural entre 2000 e 2010 (68,2%); pelos maiores percentuais da presença de bens de consumo nos domicílios rurais: geladeira (67,8%), máquina de lavar roupas (52,6%), telefone celular (64,9%), computador com acesso à internet (30,2%) e automóvel de uso particular (65,4%); e, por fim, pelo desempenho econômico rural, retratado pela proporção de empregados permanentes nos estabelecimentos agropecuários (61,7%) e pelos índices de produtividade da terra e do trabalho. São Domingos foi o município que alcançou o menor IDR em decorrência dos menores valores obtidos em todos os indicadores mas, sobretudo, nas variáveis referentes à educação, expresso pelas baixas taxas de alfabetização (71,1%) e de escolarização (46,6%) e pelo curta expectativa de anos de estudo (8,9 anos); e, pelo mau desempenho econômico do meio rural, ocasionado pelo menor rendimento *per capita* mensal (R\$ 166,39) e pelos baixos níveis de produtividade da terra e do trabalho.

O IPOP alcançou o maior coeficiente de variação em relação aos demais indicadores, apoiado pela amplitude observada entre o valor mínimo e o valor máximo



encontrado. O índice territorial, da ordem de 0,339, foi classificado como “IPOP baixo”. Apesar de ter o maior quantitativo de residentes em áreas rurais dentre os demais Territórios Rurais e da Cidadania de Goiás, a heterogeneidade do IPOP é reflexo da pouca densidade demográfica dos municípios e das baixas taxas de crescimento demográfico rural. O maior IPOP esteve em Flores de Goiás e o menor em Divinópolis de Goiás, valor impactado, principalmente, pelo êxodo rural ocorrido entre os anos 2000 e 2010.

Quadro 2 - Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) dos municípios integrantes do TC Vale do Paranã e respectivos indicadores

Indicador	Intervalos	Classificação	Municípios
IDR	0,398-0,472	Muito baixo	Guarani de Goiás, Posse, São Domingos e Simolândia
	0,473-0,493	Baixo	Alvorada do Norte, Damianópolis e Divinópolis de Goiás
	0,494-0,524	Médio	Mambaí
	0,525-0,547	Alto	Buritinópolis, Flores de Goiás, Iaciara e Sítio d'Abadia
IPOP	0,181-0,299	Muito baixo	Divinópolis de Goiás, Guarani de Goiás e Iaciara
	0,300-0,346	Baixo	Damianópolis, São Domingos e Sítio d'Abadia
	0,347-0,432	Médio	Buritinópolis e Mambaí
	0,433-0,608	Alto	Alvorada do Norte, Flores de Goiás, Posse e Simolândia
IEDUC	0,431-0,506	Muito baixo	Flores de Goiás, Posse e São Domingos
	0,507-0,578	Baixo	Alvorada do Norte e Mambaí
	0,579-0,634	Médio	Damianópolis, Iaciara, Simolândia e Sítio d'Abadia
	0,635-0,773	Alto	Buritinópolis, Divinópolis de Goiás e Guarani de Goiás
IBES	0,332-0,374	Muito baixo	Alvorada do Norte, Posse, São Domingos e Simolândia
	0,375-0,446	Baixo	Divinópolis de Goiás e Iaciara
	0,447-0,507	Médio	Damianópolis, Guarani de Goiás e Mambaí
	0,508-0,653	Alto	Buritinópolis, Flores de Goiás e Sítio d'Abadia
IMA	0,489-0,570	Muito baixo	Flores de Goiás e Simolândia
	0,571-0,644	Baixo	Alvorada do Norte, Guarani de Goiás, Posse e São Domingos
	0,645-0,709	Médio	Buritinópolis, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Mambaí e Sítio d'Abadia
	0,710-0,797	Alto	Iaciara
IECO	0,251-0,319	Muito baixo	Buritinópolis, Guarani de Goiás e São Domingos
	0,320-0,394	Baixo	Damianópolis, Mambaí e Simolândia
	0,395-0,476	Médio	Divinópolis de Goiás, Posse e Sítio d'Abadia
	0,477-0,547	Alto	Alvorada do Norte, Flores de Goiás e Iaciara

Fonte: dados da pesquisa.

O IEDUC demonstrou variação moderada e apresentou a maioria de resultados acima do valor médio da amostra. O índice do TC Vale do Paranã, com valor igual a 0,559, foi considerado como “IEDUC baixo”. Buritinópolis obteve o maior índice em razão da proporção de alfabetizados (79,2%) e da expectativa de anos de estudo da população rural.



O menor índice esteve em Flores de Goiás que, embora possua o maior IDR do Território, revelou a menor expectativa de anos de estudo: 8,5 anos.

Tabela 2 - Estatísticas descritivas para os indicadores do IDR do TC Vale do Paranã

Indicadores	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio-padrão	Coefficiente de variação
IDR	0,398	0,547	0,490	0,041	0,084
IPOP	0,181	0,608	0,377	0,115	0,305
IEDUC	0,431	0,773	0,587	0,102	0,174
IBES	0,332	0,653	0,454	0,104	0,229
IMA	0,489	0,797	0,635	0,087	0,136
IECO	0,251	0,547	0,400	0,099	0,248

Fonte: Resultados da pesquisa.

O IBES apresentou coeficiente de variação tolerável, haja vista a heterogeneidade da amostra, com 91,7% dos valores municipais acima do valor médio. O índice territorial equivaleu a 0,466 e foi avaliado como “IBES baixo”. O maior índice esteve em Flores de Goiás e o menor em Simolândia, em virtude de retratar valores baixos em todas as variáveis que compõem o indicador: água canalizada (69,0%), banheiro (62,1%), energia elétrica (82,3%), geladeira (14,5%), máquina de lavar roupas (9,6%), telefone celular (17,2%), computador com acesso à internet (0,0%) e automóvel de uso particular (16,8%).

O IMA demonstrou baixo coeficiente de variação e obteve os melhores resultados dentre os demais. Na esfera territorial, o IMA do TC Vale do Paranã foi igual a 0,620 e classificado como “IMA baixo”. O município de Iaciara alcançou o maior índice, através da não incidência dos seguintes danos ambientais: poluição do ar, poluição do recurso d’água, contaminação do solo e prejuízo à atividade agrícola e pecuária; e, pela existência de instituições públicas responsáveis pelo meio ambiente, como órgão gestor do meio ambiente e Conselho Municipal do Meio Ambiente. O menor índice esteve em Simolândia, onde houve poluição do recurso d’água, assoreamento de corpo d’água, desmatamento e inexistência de instituições públicas que realizassem a defesa do meio ambiente.

Finalmente, o IECO obteve variação elevada e maior índice próximo a 0,5, o que denota um baixo dinamismo econômico sistêmico. O valor territorial, tido como “IECO baixo”, foi igual a 0,392. Assim como computado no IDR, o melhor desempenho econômico esteve em Flores de Goiás e o pior em São Domingos.

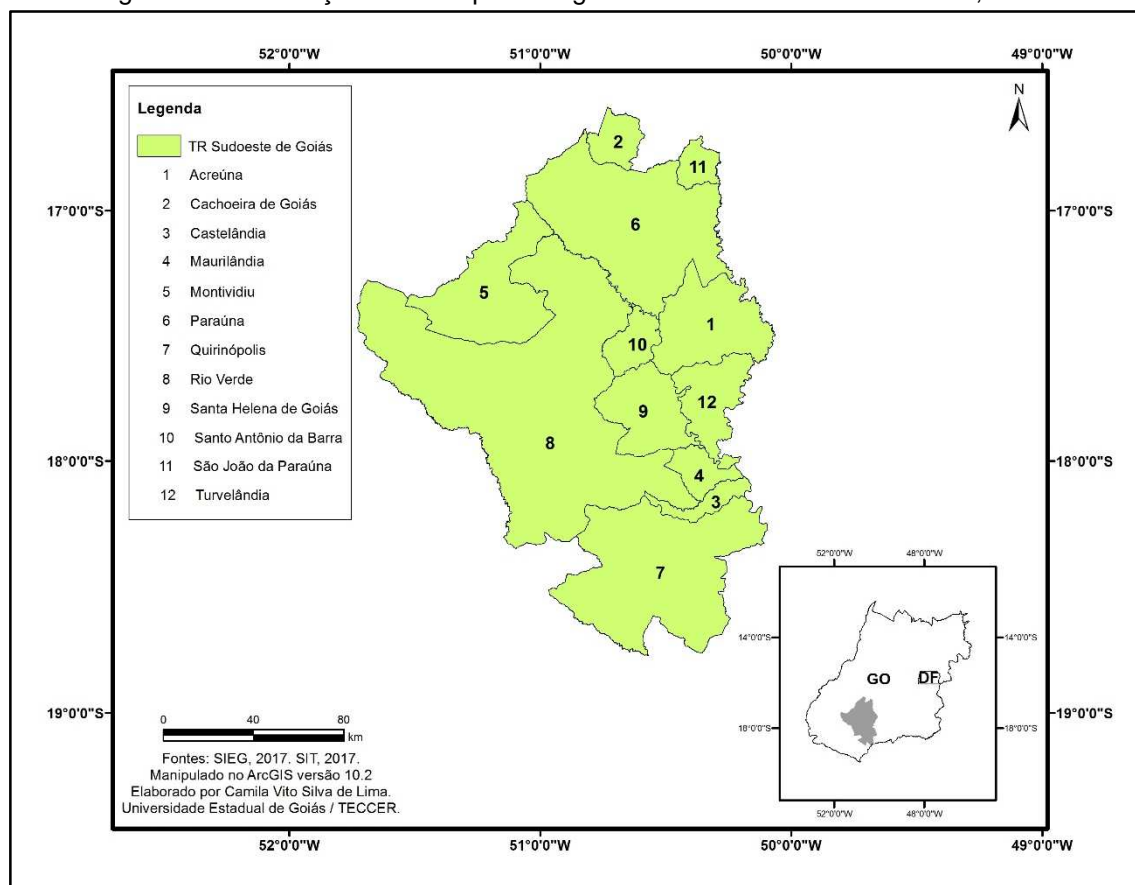


4 O Território Rural Sudoeste de Goiás

4.1 Características socioeconômicas

O TR Sudoeste de Goiás ocupa cerca de 7% de toda a área territorial de Goiás, com 23.310,7 Km² e é constituído por doze municípios, conforme a Figura 2.

Figura 2 – Localização e municípios integrantes do TR Sudoeste de Goiás, Goiás



Segundo o Censo Demográfico de 2010, o TR Sudoeste de Goiás abrigava 324.914 habitantes, número correspondente a 5,4% de toda a população estadual. Rio Verde, quarto município mais populoso do estado, teve o maior número de habitantes (176.424) e Cachoeira de Goiás figurou com o menor contingente populacional do Território (1.417). É o mais urbanizado entre os demais Territórios Rurais e da Cidadania goianos, em que apenas 9,5% de habitantes residentes na zona rural e com todos os municípios com a maioria proporcional da população alocada nas áreas urbanas. Na zona rural, os maiores



percentuais de residentes pertenceram a Turvelândia (28,7%), Paraúna (26,5%) e São João da Paraúna (24,4%). A taxa de crescimento da população entre os anos 2000 e 2010 foi positiva, com crescimento médio anual de 3,4%. Em referência à variação da população rural, constatou-se que em 66,7% dos municípios ocorreu o êxodo rural, contudo, a análise do somatório territorial evidenciou que, para o conjunto dos municípios, não houve saída de população rural. Este resultado foi intensamente influenciado pelo desempenho de Rio Verde, que ostentou aumento de 5,7% dos habitantes nas áreas rurais.

Em 2010, o IDHM calculado para o TR Sudoeste de Goiás foi de 0,736, cuja classificação equivaleu a “alto desenvolvimento humano”, o melhor índice entre os demais Territórios de Goiás e próximo ao índice estadual. Os municípios de Cachoeira de Goiás, Castelândia, Montividiu, Quirinópolis, Rio Verde, Santa Helena de Goiás e São João da Paraúna também alcançaram “IDHM alto”. O restante foi categorizado como “IDHM médio”.

Em relação à desigualdade da renda, o Coeficiente de Gini mensurado para o TR Sudoeste de Goiás foi inferior ao índice estadual: 0,52, porém, não o suficiente para indicar situação mais equânime na distribuição da riqueza. A menor desigualdade foi encontrada em Maurilândia (0,42) e a maior em Castelândia (0,58).

Em âmbito econômico, no ano de 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) do TR Sudoeste de Goiás foi superior a R\$ 6 bilhões, correspondente à cerca de 7% de toda a riqueza gerada em Goiás. Somente o município de Rio Verde foi responsável por, aproximadamente, 61% de todo o montante do PIB territorial. O menor valor do PIB esteve em Cachoeira de Goiás, com participação de cerca de 0,3%. Apesar da forte vocação agrícola, a economia do TR Sudoeste de Goiás esteve sustentada pelo setor terciário, ou seja, pela comercialização de bens e pela prestação de serviços que, em sua maioria, estão relacionados direta e indiretamente à atividade agropecuária. O volume de produção das culturas temporárias esteve concentrado em duas *commodities* com alto volume de negociação no mercado, sobretudo externo: soja e cana-de-açúcar.

À primeira vista, o quadro socioeconômico do TR Sudoeste de Goiás denota situação favorável ao meio rural. Contudo, a análise do IDR demonstrou que há evidente heterogeneidade entre os municípios que o integram, conforme os indicadores que serão explanados na próxima seção.



4.2 Índice de Desenvolvimento Rural

O Quadro 3 apresenta os resultados do IDR para os municípios que integram o TR Sudoeste de Goiás e a Tabela 3 expõe as estatísticas descritivas para cada indicador.

A análise estatística dos valores do IDR para o TR Sudoeste de Goiás indicou pouca variabilidade, baixa amplitude e índices próximos ao valor médio da amostra. O valor do IDR territorial foi de 0,530, classificado como “IDR médio”, em virtude de sua baixa dinâmica populacional nas áreas rurais e do desempenho econômico desfavorável.

Quadro 3 - Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) dos municípios integrantes do TR Sudoeste de Goiás e respectivos indicadores

Indicador	Intervalos	Classificação	Municípios
IDR	0,389-0,508	Muito baixo	Maurilândia, Paraúna e Quirinópolis
	0,509-0,529	Baixo	Montividiu, Santo Antônio da Barra e São João da Paraúna
	0,530-0,552	Médio	Acreúna, Cachoeira de Goiás, Santa Helena de Goiás e Turvelândia
	0,553-0,582	Alto	Castelândia e Rio Verde
IPOP	0,116-0,217	Muito baixo	Cachoeira de Goiás, Castelândia, Montividiu, Paraúna e São João da Paraúna
	0,218-0,289	Baixo	Quirinópolis
	0,290-0,392	Médio	Acreúna, Maurilândia e Turvelândia
	0,393-0,500	Alto	Rio Verde, Santa Helena de Goiás e Santo Antônio da Barra
IEDUC	0,494-0,557	Muito baixo	Castelândia, Maurilândia e Paraúna
	0,558-0,586	Baixo	-
	0,587-0,614	Médio	Acreúna, Montividiu, Quirinópolis, Rio Verde e Santa Helena de Goiás
	0,615-0,795	Alto	Cachoeira de Goiás, Santo Antônio da Barra, São João da Paraúna e Turvelândia
IBES	0,612-0,657	Muito baixo	Acreúna, Maurilândia, São João da Paraúna e Turvelândia
	0,658-0,677	Baixo	Cachoeira de Goiás, Santa Helena de Goiás e Santo Antônio da Barra
	0,678-0,718	Médio	Paraúna e Quirinópolis
	0,719-0,793	Alto	Castelândia, Montividiu e Rio Verde
IMA	0,079-0,587	Muito baixo	Maurilândia, Paraúna e São João da Paraúna
	0,588-0,653	Baixo	Acreúna, Montividiu e Quirinópolis
	0,654-0,718	Médio	Cachoeira de Goiás, Santa Helena de Goiás e Santo Antônio da Barra
	0,719-0,880	Alto	Castelândia, Rio Verde e Turvelândia
IECO	0,302-0,362	Muito baixo	Quirinópolis e Santo Antônio da Barra
	0,363-0,422	Baixo	Cachoeira de Goiás, Rio Verde, Santa Helena de Goiás e Turvelândia
	0,423-0,515	Médio	Maurilândia, Montividiu e Paraúna
	0,516-0,668	Alto	Acreúna, Castelândia e São João da Paraúna

Fontes: dados da pesquisa.



Na esfera municipal, o maior IDR esteve em Rio Verde, em razão dos indicadores de população, que foi impulsionado pelo crescimento da população rural em 23% durante uma década; de bem-estar, no qual apresentou elevadas proporções na maioria das variáveis; e, enfim, de meio ambiente, acarretado pela existência de instituições públicas voltadas ao meio ambiente e pela não ocorrência de poluição do ar, de contaminação do solo, de desmatamento e de prejuízo à atividade agrícola e pecuária. Em outro extremo, o município de Maurilândia obteve o menor IDR, devido ao seu fraco desempenho nos indicadores de educação, com a baixa perspectiva de anos de estudo (8,6 anos); de bem-estar, no qual obteve a menor proporção de existência de geladeira (87,8%) e computador com internet (0,0%) e baixa proporção do item máquina de lavar roupas (13,2%) nos domicílios rurais; e, de meio ambiente, que, embora tenha tido melhor resultado que Rio Verde em relação ao não uso de agrotóxicos (79,2%), pontuou negativamente em todas as demais variáveis ambientais.

Tabela 3 - Estatísticas descritivas para os indicadores do IDR do TR Sudoeste de Goiás

Indicadores	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio-padrão	Coefficiente de variação
IDR	0,389	0,582	0,519	0,048	0,093
IPOP	0,116	0,500	0,302	0,121	0,400
IEDUC	0,494	0,795	0,610	0,090	0,147
IBES	0,612	0,793	0,691	0,050	0,073
IMA	0,079	0,880	0,636	0,187	0,294
IECO	0,302	0,668	0,438	0,113	0,259

Fonte: Resultados da pesquisa.

O IPOP apresentou os menores quantitativos e a maior dispersão em suas variáveis em relação aos demais indicadores. O índice territorial foi classificado como “IPOP médio” e atingiu o valor de 0,334. Rio Verde é o município com o maior valor (0,500) mesmo que seu desempenho seja equivalente ao valor médio na escala de 0 a 1, considerando que quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento. O menor índice ocorreu em São João da Paraúna. A heterogeneidade do IPOP é reflexo da reduzida população rural do Território e do decréscimo dos residentes rurais em oito dos doze municípios.

O IEDUC exibiu coeficiente de variação tolerável, com alta concentração nos dois últimos quartis da amostra. Dentre os valores, apenas quatro índices estiveram situados acima do valor médio, o que demonstra o baixo desempenho educacional do Território. O IEDUC territorial foi categorizado como médio e alcançou o valor 0,595. O maior coeficiente



esteve no município de Cachoeira de Goiás, devido à maior expectativa em relação ao tempo de estudo (11,5 anos). O menor IEDUC direcionou-se ao município de Maurilândia.

O IBES alcançou a menor variação entre os demais indicadores, com menor amplitude entre os valores máximo e mínimo e evidente homogeneidade. O valor territorial foi igual a 0,706 e classificado como “IBES médio”. O município de Castelândia apresentou o maior índice, em razão dos percentuais de acesso aos serviços públicos, ao saneamento básico e a alguns bens de consumo, como geladeira (95,9%), máquina de lavar roupas (90,1%) e telefone celular (94,2%). Turvelândia apresentou o menor IBES por possuir os menores percentuais de existência de banheiro (78,6%) e de energia elétrica nos domicílios rurais (89,9%), bem como a baixa distribuição de água canalizada (68,7%).

O IMA apresentou a maior amplitude entre os demais indicadores e coeficiente de variação elevado. Contudo, não houve grande dispersão entre os valores, o que é demonstrado pelo valor médio da amostra. Em nível territorial, o resultado do IMA foi de 0,690, com classificação em “IMA médio”. O maior índice esteve em Turvelândia, onde não houve ocorrência ambiental e existiu órgão público responsável pela gestão do meio ambiente no município. O menor índice direcionou-se a Maurilândia.

Por fim, o IECO apresentou alta variação, com a maior parte dos resultados abaixo do valor médio da amostra. O desempenho econômico territorial foi considerado baixo, com resultado igual a 0,385. O maior índice esteve em Castelândia, em virtude do alto rendimento mensal *per capita* da população rural (R\$ 1.741,68), que, ainda, foi 2,6 vezes maior que o rendimento mensal *per capita* urbano. Além disso, o município não apresentou proporção de pobres e extremamente pobres no meio rural e 95,4% dos empregados em estabelecimentos rurais eram permanentes. O menor índice foi retratado em Santo Antônio da Barra, em razão do menor rendimento mensal *per capita* (R\$ 469,83) e da baixa produtividade da terra e da mão de obra.

Na próxima seção serão analisados os IDRs dos municípios integrantes do TC Vale do Paranã e do TR Sudoeste de Goiás conjuntamente, a fim de verificar a distribuição espacial do desenvolvimento rural entre os dois municípios.

5 IDR do TC Vale do Paranã e do TR Sudoeste de Goiás em conjunto

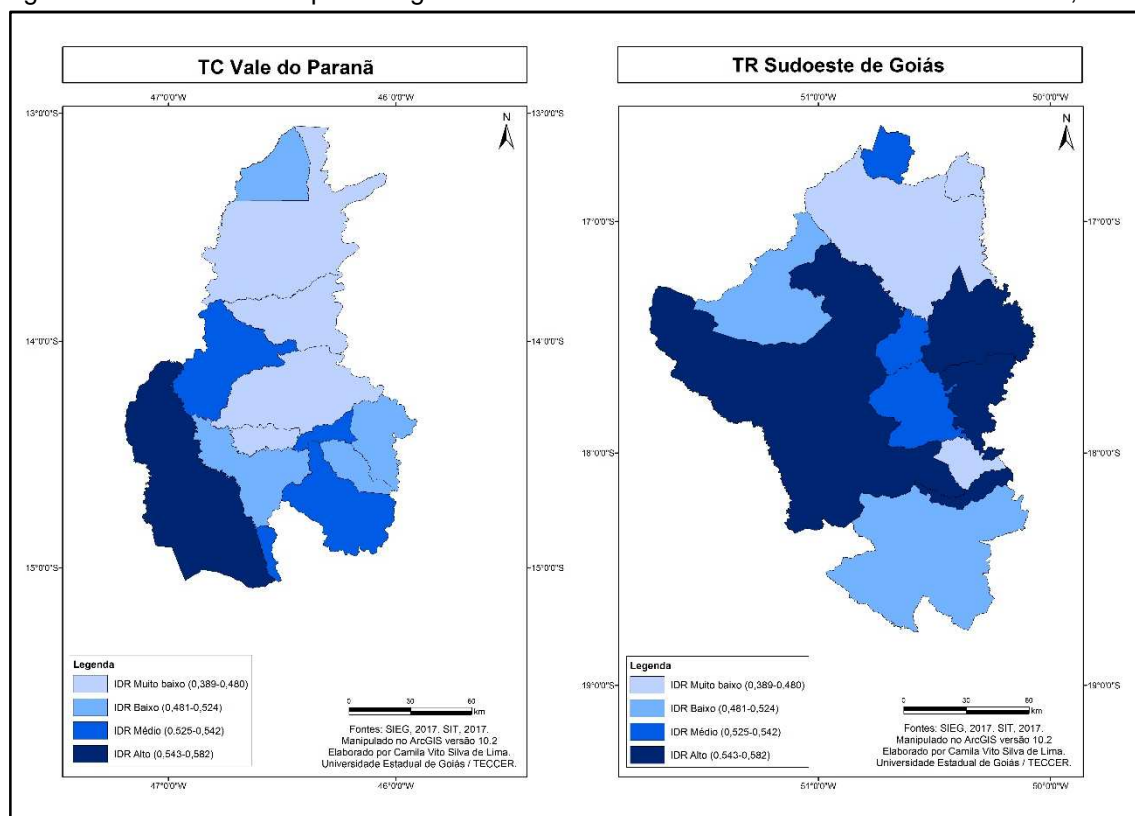
A análise conjugada do IDR do TC Vale do Paranã e do TR Sudoeste de Goiás culminou com a reclassificação de alguns municípios, ainda que os IDRs territoriais tenham



permanecido os mesmos. A Figura 3 apresenta a reorganização dos municípios segundo o critério do IDR conjunto.

O IDR do TC Vale do Paranã continuou classificado como “IDR muito baixo”. Entretanto, 33,3% de seus municípios foram deslocados para categorias inferiores em relação à classificação inicial. São eles: Mambaí, que passou de “IDR médio” para “IDR baixo”; e, Buritinópolis, Iaciara e Sítio d’Abadia, que passaram de “IDR alto” para “IDR médio”. Desta forma, oito dos doze municípios pertencentes ao TC Vale do Paranã são considerados como de baixo ou muito baixo desenvolvimento rural e apenas o município de Flores de Goiás esteve classificado como “IDR alto”.

Figura 3 – IDR dos municípios integrantes do TC Vale do Paranã e TR Sudoeste de Goiás, Goiás



Fonte: Elaborado por LIMA, 2017 com dados do SIEG, 2017 e SIT, 2017.

O IDR do TR Sudoeste de Goiás se manteve como “IDR médio”. Contudo, cinco municípios apresentaram melhoria na classificação de seus índices: Quirinópolis, que passou de “IDR muito baixo” para “IDR baixo”; Santo Antônio da Barra e São João da Paraúna, que passaram de “IDR baixo” para “IDR médio”; e, Acreúna e Turvelândia, que passaram de “IDR médio” para “IDR alto”. Assim, de 16,7% de municípios com alto



desenvolvimento rural, o TR Sudoeste de Goiás passou a sustentar a proporção de 33,3% de municípios com “IDR alto”.

Considerações finais

A análise das características socioeconômicas do TC Vale do Paranã e do TR Sudoeste de Goiás, bem como o cômputo do IDR, contribuiram para reforçar a percepção de desigualdade entre os municípios goianos. Neste sentido, observou-se que, o TC Vale do Paranã em sua totalidade possuiu o menor contingente populacional, com maior proporção de residentes nas zonas rurais e menor percentual de elevação demográfica. Além disso, apresentou maior exclusão social e menor desenvolvimento humano, com menor acesso à educação, aos serviços públicos e aos bens de consumo, e, ainda, proporções mais elevadas de pobreza. Além disso, alcançou os menores rendimentos e a maior desigualdade na distribuição da renda, bem como o menor valor da produção econômica e menor proporção de relevância para o estado. Em contraposição, o TR Sudoeste de Goiás apresentou maior contingente populacional e capacidade de atração e retenção de residentes, com maior concentração nas áreas urbanas e taxa de crescimento demográfico acima do nível estadual. Obteve maior grau de desenvolvimento humano, assim como menor desigualdade na renda. A qualidade de vida da população foi beneficiada pela maior proporção e serviços públicos e bens de consumo e do maior acesso à educação. A geração de riqueza de valor produtivo foi superior, o que proporcionou maior dinamização econômica tanto para o Território, quanto para Goiás.

Entretanto, no meio rural, as disparidades são menos intensas, pois os IDRs de cada município apresentaram valores aproximados e coeficientes de variação semelhantes em relação às estatísticas dos indicadores, com exceção do IBES para o TR Sudoeste de Goiás que demonstra que a população dos municípios que o integram possuem maior acesso a bens e a serviços que elevam a qualidade de vida da população; e, do IMA para o TC Vale do Paranã, em que a menor ocorrência de danos ambientais propicia maior conservação do meio ambiente, o que permite a exploração de fontes de renda não ligadas diretamente à atividade agrícola. Contudo, a precariedade da estrutura de gestão pública do meio ambiente impede que o IMA seja ainda melhor para os municípios desse Território. Ainda assim, o IDR do TR Sudoeste de Goiás é superior ao IDR do TC Vale do Paranã por influência do IEDUC, do IBES e do IECO. O IPOP apresenta valores mais elevados para o TC Vale do Paranã devido à proporção de população rural. Este último indicador,



juntamente com o IMA, tende a amenizar as diferenças entre o TR Sudoeste de Goiás e o TC Vale do Paranã.

Quando analisados em conjunto, a categorização do IDR apresenta nova distribuição espacial do desenvolvimento rural: a reclassificação evidencia que os municípios com menores IDRs se concentraram no TC Vale do Paranã, sobretudo na região centro-norte, e os municípios com maiores IDRs estiveram aglomerados na porção central do TR Sudoeste de Goiás, o que acaba por reforçar o dualismo característico do desenvolvimento regional em Goiás, com maior incidência de territórios economicamente deprimidos no norte do estado.

Desta forma pode-se considerar o desenvolvimento rural no TR Sudoeste de Goiás como uma aproximação do conceito de “zonas rurais intermediárias”, proposto pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 1995, *apud* KAGEYAMA, 2004, p. 387), pois seus municípios que possuem setor agrícola pujante e dinamizador da economia, infraestrutura que permita acesso rápido e fácil aos centros urbanos e estão em processo de integração econômica, com o surgimento de empregos em outros setores da economia. Já o TC Vale do Paranã possui desenvolvimento rural próximo ao das “zonas rurais isoladas” por apresentarem baixo povoamento, se localizarem distantes dos centros urbanos, com acesso precário aos serviços públicos e bens de consumo, e, pela baixa renda e baixo nível educacional de seus habitantes. Desta forma, para o TC Vale do Paranã torna-se imprescindível a intervenção do poder público para a correção das desigualdades econômicas, com o objetivo de induzir o desenvolvimento rural e para propiciar bem-estar social à população como um todo, os quais são os principais objetivos das políticas de desenvolvimento rural.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Editora Abril, 2012.

CORRÊA, Vanessa Petrelli; SILVA, Fernanda Faria; NEDER, Henrique Dantas. Índice de Desenvolvimento Rural e políticas públicas: análise das liberações do PRONAF nas regiões Nordeste e Sul do Brasil. In: ORTEGA, Antonio César (org.). **Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2015. p. 116-138.

GERALDI, Juliano. Análise conceitual da política de territórios rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**: PPP, Brasília, n. 39, p. 155-185, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/318/278>>. Acesso em 25 abr. 2016.



GRUDEM, W.; ASMUS, B. **A pobreza das nações**: uma solução sustentável. Traduzido por Lucas G. Freire. São Paulo: Vida Nova, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: <www2.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 05 abr. 2017.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 245-272.

ORTEGA, Antonio César. Políticas públicas territoriais rurais no Brasil. In: ORTEGA, Antonio César; ESTRADA, Eduardo Moyano. **Desenvolvimento em territórios rurais**: estudos comparados de Brasil e Espanha. Campinas: Editora Alínea, 2015, p. 27-51.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>>. Acesso em 04 ago. 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Traduzido por Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIEG. Sistema Estadual de Geoinformação. Download de Arquivos SIG (Shapefile). Disponível em: <<http://www.sieg.go.gov.br/>> Acesso em 05 abr. 2017.

SIT. Sistema de Informações Territoriais. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br>> Acesso em 05 abr. 2017.